



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO E DEFESA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS

PARECER FAVORÁVEL Nº 4046/2023

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 2071/2023

RELATOR: DUDU

EMENTA: INSTITUI O SELO "IGUALDADE SALARIAL" PARA CERTIFICAR EMPRESAS COMPROMETIDAS COM A ISONOMIA SALARIAL E REMUNERATÓRIA ENTRE TRABALHADORES

Considerando a Relatoria designada e os requisitos necessários para elaboração de Parecer dispostos no art. 52, §1º e incisos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, segue pronunciamento:

RELATÓRIO:

Trata-se de um Projeto de Lei 2071/2023 da Vereadora Julia Casamasso, que institui o selo de "Igualdade Salarial" para certificar empresas comprometidas com a Isonomia salarial e remuneratória entre trabalhadores.

II – DO MÉRITO:

Em consonância com os dispositivos elencados no art. 52, §1º, incisos I, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, segue o parecer:

- Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos

Inicialmente, cumpre esclarecer as competências da Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos:

Art. 35. Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente: (NR) (redação estabelecida pelo art. 1º da Resolução nº 001, de 17.01.2013 - Pub. 18.01.2013) .

VI - Da Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos: (NR LM 001/2021)

a) opinar sobre proposições relativas a:

1- estudo e métodos de criação do trabalho e emprego;

2- ministrar palestras sobre formas de qualificação da mão de obra;

3- promover iniciativas, campanhas e qualificações para o trabalho;

4- receber reclamações e encaminhá-las aos órgãos competentes;

5- estudar, participar de conferências, debater, emitir pareceres técnicos e adotar as medidas cabíveis na sua esfera de atribuição;

6- convocar audiências públicas sobre o trabalho e emprego;

7- fiscalizar os direitos dos trabalhadores;

8- orientar os trabalhadores.

b) proposições e matérias relacionadas com a política municipal dos Servidores Públicos ou a eles referentes, em particular:

1 - regime jurídico e planos de carreira;

2 - direitos, vantagens e deveres;

3 - previdência e assistência social;

4 - cessão a empresas ou entidades públicas ou privadas;

5 - concurso público.

c) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

d) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

e) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

f) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

g) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

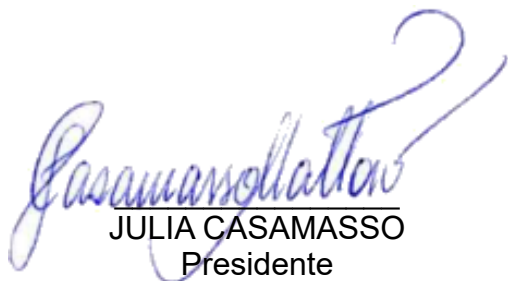
h) (Revogado pelo art. 10 da Resolução nº 001, de 13.01.2021).

III- CONCLUSÃO:

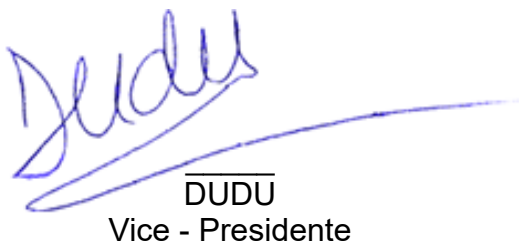
Isto posto, com base nas atribuições acima elencadas, apresenta o voto do Vice Presidente da Comissão, referente ao Projeto de Lei 2071/2023, reconhece ter grande cunho social e vê como apto apreciar no plenário.

Desta forma, por todo o exposto, o (Vice- Presidente) da Comissão Permanente de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos de Petrópolis, vota **FAVORAVELMENTE** a tramitação do Projeto de Lei.

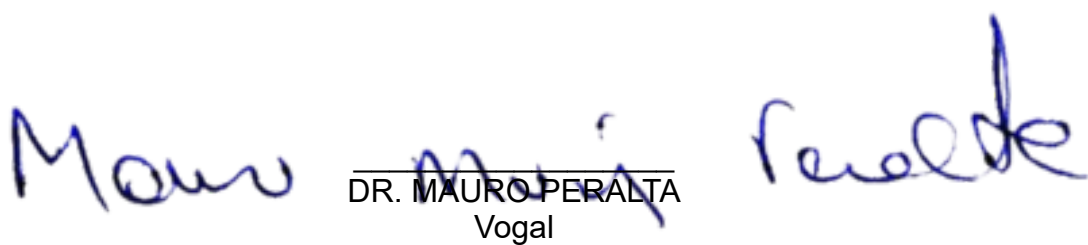
Sala das Comissões em 11 de julho de 2023



JULIA CASAMASSO
Presidente



DUDU
Vice - Presidente



DR. MAURO PERALTA
Vogal